



C A P Í T U L O 8

Mulheres, educação e modernização: A obra “A normalista” no contexto da Primeira República Brasileira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.189112613018>

Camila Fernandes da Silva

RESUMO: O presente artigo busca analisar a obra “A Normalista”, de Adolfo Caminha, correlacionando-a com o contexto histórico e social da Primeira República do Brasil (1889 - 1930). Este trabalho tem por objetivo aprofundar a compreensão sobre temas como o papel da mulher, a educação e os processos de modernização deste período. A narrativa de Caminha permite refletir e criticar as transformações sociais e culturais da época, especialmente em relação às questões de gênero, mudanças no sistema educacional e os impactos da modernização na sociedade brasileira. Além disso, a obra “A Normalista” proporciona um olhar crítico sobre a posição das mulheres na sociedade e o sistema educacional emergente, simbolizando a busca por maior autonomia feminina e as limitações impostas pela sociedade patriarcal. Embora, no período, a educação fosse vista como uma ferramenta essencial para a modernização do país, com as escolas normais formando professores qualificados, ainda assim perpetuavam-se as desigualdades de gênero. Em resumo, o artigo destaca “A Normalista” não apenas como obra literária, mas também como um documento social que revela as complexidades do Brasil na virada do século XIX para o XX, enfatizando o papel fundamental da educação e da modernização na formação da identidade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Normalista; Primeira República do Brasil; Educação; Mulheres e Modernização.

Women, education, and modernization: The work “A Normalista” in the context of the First Brazilian Republic.

ABSTRACT: The present article aims to analyze the work “A Normalista” by Adolfo Caminha, correlating it with the historical and social context of Brazil’s First Republic (1889 - 1930). This study seeks to deepen the understanding of themes such as the role of women, education, and the modernization processes of this period. Caminha’s narrative allows for reflection and critique of the social and cultural transformations of the time, particularly regarding gender issues, changes in the educational system, and the impacts of modernization on Brazilian society. Additionally, “A Normalista” provides a critical perspective on the position of women in society and the emerging educational system, symbolizing the quest for greater female autonomy and the limitations imposed by a patriarchal society. Although, during the period, education was seen as an essential tool for the country’s modernization, with regular schools training qualified teachers, gender inequalities persisted. In summary, the article highlights “A Normalista” not only as a literary work but also as a social document that reveals the complexities of Brazil at the turn of the 19th to the 20th century, emphasizing the fundamental role of education and modernization in shaping Brazilian identity.

KEYWORDS: A Normalista (The Normalist); First Republic of Brazil; Education; Women and Modernization.

INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe uma análise entre a obra literária “A normalista”, escrita por Adolfo Caminha em 1893, e o contexto histórico da Primeira República do Brasil (1889 - 1930), visando investigar e destacar os paralelos entre a representação das questões de gênero, educação e a modernização presentes na obra de Caminha (1867-1897) e as transformações sociais ocorridas durante o período republicano.

Utilizando uma abordagem histórico-literária, este estudo buscará tratar da representação da mulher na sociedade brasileira do final do século XIX, os desafios de acesso à educação em um país marcado por significativas desigualdades sociais e econômicas e as tentativas de modernização do país durante a Primeira República.

Considera-se que durante a Primeira República, o Brasil passou por significativas transformações políticas, econômicas e sociais. A obra “A Normalista” insere-se nesse contexto de mudanças, oferecendo um olhar crítico sobre a posição das mulheres na sociedade e o sistema educacional emergente. A figura da normalista simboliza tanto a busca por independência feminina quanto as limitações impostas por uma sociedade patriarcal.

No tocante ao contexto educacional, durante a Primeira República, a educação brasileira passou a ser valorizada como uma ferramenta essencial para a modernização do país, e as escolas normais foram criadas com o objetivo de formar professores qualificados para lecionar no ensino primário.

Sedimentou-se nos anos 20, entre intelectuais que se aplicavam a pensar o Brasil e a avaliar a República instituída, a crença de que na educação residia a solução dos problemas que identificavam. Este entusiasmo pela educação condensava expectativas diversas de controle e modernização social, cuja formulação mais acabada se deu no âmbito do nacionalismo que contamina a produção intelectual do período. Neste âmbito, o papel da educação foi hiperdimensionado: tratava-se de dar forma ao país amorfo, de transformar os habitantes em povo, de vitalizar o organismo nacional, de constituir a nação. Nele se forjava projeto político autoritário: educar era obra de moldagem de um povo, matéria informe e plasmável, conforme os anseios de Ordem e Progresso de um grupo que se auto investia como elite com autoridade para promovê-los. (Carvalho, 2003, p. 9)

No entanto, essas instituições também refletiam e perpetuavam as desigualdades de gênero, uma vez que a profissão de docente era uma das poucas socialmente aceitáveis para as mulheres, e ainda assim com muitas ressalvas, visto que o papel social da mulher era muito ligado à responsabilidade exclusiva pela casa, filhos e família. A própria política de contratação em escolas primárias, por exemplo, favorecia apenas mulheres solteiras ou viúvas, uma vez que se esperava da mulher casada o cuidado com a casa e com os filhos, e o trabalho fora de tais parâmetros poderia ser visto como uma distração dessa responsabilidade. Em sua obra, Adolfo Caminha denuncia as contradições e os desafios enfrentados pelas mulheres que buscavam por educação e independência.

Os primeiros decretos de criação de escolas normais no Brasil remontam às décadas de 30 e 40 do século XIX como consequência das reformas previstas pelo Ato Adicional de 1834. A proposta de formação de professores contida na Lei Geral do Ensino de 1827 não tivera desdobramentos concretos, mas, a partir desse novo instrumento legal, cada província deveria se responsabilizar pela organização e administração de seus sistemas de ensino primário e secundário. (Villela, 2000, p. 104)

Considera-se “A normalista” como uma obra brasileira de grande relevância, de modo que é possível localizar inúmeras publicações a ela relacionadas, sobretudo no contexto da história da educação. Algumas, inclusive, foram utilizadas para fundamentar o presente estudo, conforme se verá a seguir.

Após o levantamento de dados de trabalhos já publicados sobre este assunto, foram selecionados alguns que mais se aproximam do tema aqui tratado, tais como Gildênia Moura de Araújo Almeida, autora do texto “A história da educação brasileira em *A Normalista*” (2017); Francisco Ari de Andrade e Fernanda Maria Diniz da Silva, autores do artigo “A obra literária como fonte na pesquisa educacional: Um estudo sobre a educação brasileira na segunda metade do século XIX” (2021) e Caio Corrêa Derossi e Joana D’Arc Germano Hollerbach, autores da obra “Diálogos entre a História da Educação e Literatura: a escola normal no romance *A Normalista*, de Adolfo Caminha (1893)” (2021).

Em suma, este artigo busca evidenciar como “A Normalista” se constitui não apenas como uma obra literária, mas também como um documento social que revela as complexidades e os dilemas do Brasil na virada do século XIX para o XX. Ao analisar a obra no contexto da Primeira República, podemos compreender melhor as interações entre literatura, sociedade e história, destacando o papel fundamental da educação e da modernização na formação da identidade brasileira.

Cumpre salientar que, no que se refere à metodologia utilizada, o trabalho é de natureza qualitativa, de cunho historiográfico, visando abordar a questão da educação brasileira a partir da leitura da obra “A normalista” como fonte na pesquisa em história.

BREVE BIOGRAFIA DE ADOLFO FERREIRA DOS SANTOS CAMINHA

Filho de Raymundo Ferreira dos Santos e Maria Firmina Caminha, Adolfo Caminha nasceu na cidade de Aracati, localizada no estado do Ceará, no dia 29 de maio de 1867. Ainda criança, mudou-se para o Rio de Janeiro e, em 1883, integrou a equipe da Marinha de Guerra, onde passou a atuar como segundo-tenente. Lá, iniciou sua jornada de escritos literários. De acordo com Sâenzio de Azevedo (1999):

Havia na escola uma agremiação cultural, a Fênix Literária, que fazia editar uma revista de título idêntico, e nela começou a escrever Adolfo Caminha. Havia também a *Revista Escola de Marinha*, onde estampou os poemas “A Tarde”; “A Canção do Marinheiro” e “Desafio”, que figurariam no seu livro de estreia. (Azevedo, 1999, p.21)

Cinco anos depois, em 1888, pediu transferência para trabalhar em Fortaleza, onde conheceu sua esposa Isabel de Paula Barros, com quem deu origem às suas duas filhas: Belkiss e Aglaís.

Adolfo Caminha, perto de completar 21 anos, já publicara dois livros e era Oficial da Marinha (sua promoção a segundo-tenente é de 16 de dezembro de 1887). Por motivo de saúde, em 1888, pede transferência para Fortaleza. De volta ao Ceará dedica-se às letras da terra: Clube Literário, A Quinzena, Libertador, O Diário e participa como fundador da sessão inaugural da Padaria Espiritual (usa o nome de Félix Guanabarino). (Almeida, 2017, p. 154)



Figura 1 - Adolfo Caminha

Fonte: FORTALEZA NOBRE. Especial 289 anos: os homenageados nas ruas de Fortaleza. Fortaleza Nobre, 2015. Disponível em: http://www.fortalezanobre.com.br/2015/04/especial-289-anos-os-homenageados-nas_16.html. Acesso em: 18 jul. 2024 às 9h30min.

Sua primeira publicação literária, um livro de poemas intitulado “Voos Incertos”, ocorreu em 1886. Em 1893, publicou “A Normalista”, relatando a vida de uma jovem órfã. Já em 1894, publicou a obra “No País dos Yankees”, na qual escreveu sobre sua viagem aos Estados Unidos. No ano seguinte, publicou “Bom-Crioulo” (1895), obra esta que foi alvo de inúmeras críticas, pois discorre a respeito do homossexualismo em uma perspectiva de convivência entre marinheiros. Em 1896, publicou sua última obra, intitulada “Tentação”, romance que aborda temas controversos para a época, como o adultério e a hipocrisia social, explorando as profundezas das motivações humanas e os conflitos morais, contribuindo, como as anteriores, ao movimento naturalista.

Em 1897, Adolfo Caminha faleceu com apenas 29 anos, vítima de tuberculose, na cidade do Rio de Janeiro.

Considerado pela história tradicional da literatura brasileira como um autor naturalista, Adolfo Caminha morreu de tuberculose, a doença que mais vitimou os românticos e serviu à historiografia como critério de conceituação dos românticos. (Bezerra, 2009, p. 23)

A OBRA “A NORMALISTA” (1893)

A obra “A normalista”, descreve uma ficção ambientada no interior do Ceará. De acordo com Derossi e Hollerbach (2021):

O romance “A Normalista”, publicado originalmente em 1893, reflete as insatisfações e as críticas à sociedade cearense do século XIX, permitindo notar a denúncia feita às instituições sociais como uma das características próprias do naturalismo e uma resposta pessoal do autor frente à sua própria trajetória (Derossi; Hollerbach, 2021, p. 174).

A personagem principal, Maria do Carmo, vem de uma família humilde e simples. Sua mãe faleceu devido à seca e o seu pai partiu para a Amazônia em busca de melhores condições de vida. Diante das dificuldades provocadas pela seca de 1877 no Nordeste, seu pai, Bernardino, busca novas opções de trabalho.

Era homem sadio, vigoroso, excessivamente trabalhador e dedicado. Contava a esse tempo quarenta anos, nada mais nada menos, e dizia com soberba, gabando o peito rijo, não se trocar por muito rapazola pimpão que aí vive nas cidades grandes caindo de tédio e preguiça, cheio de vícios secretos. Corria-lhe nas veias largas e azuis de matuto inteligente, puro e abundante sangue português. Nunca sofrera a mais leve dor de cabeça. Conhecia a sífilis por ouvir falar. Casara muito moço, imberbe ainda, aos dezesséis anos, com uma prima colateral, D. Eulália de Mendonça Furtado, de uma família de Furtados da Telha. Até então só tivera três filhos, um dos quais, o mais velho, chamado Lourenço, fora recrutado para o exército por peralta incorrigível. Outro, o Casímiro, mais rude e também mais obediente, vivia com os pais, era mesmo o vaqueiro de Mendonça que descobrira nele especial vocação para esse inglório trabalho de andar atrás de boiadas [...]. Por último nasceria Maria do Carmo, o último filho de Mendonça, a caçula. Em 1877, completava seis anos e, para a felicidade dos pais, era uma criança verdadeiramente encantadora, com seu arzinho ingênuo e meigo de sertaneja. A cor, os olhos, os dentes, o cabelo – tudo nela era um encanto: olhos puxando para negros, dentes miudinhos e de uma brancura de algodão em rama, cabelos negros e luzidios como a asa da graúna – morena-clara. (Caminha, 1983, p. 19 e 20)

Nesse contexto, aos seis anos de idade, Maria do Carmo é entregue pelo seu pai aos cuidados de seu padrinho, João da Mata, e sua esposa, Dona Terezinha.

Cumpre destacar que Bernardino também acaba falecendo tempos depois, deixando Maria do Carmo órfã e sem expectativas do retorno à sua família.

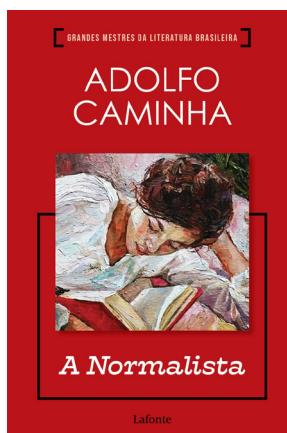


FIGURA 2 - Capa da obra “A normalista”

Fonte: Página de divulgação do livro na Amazon. Disponível em <https://www.amazon.com.br/Normalista-Adolfo-Caminha/dp/6558701758>, acesso em 18 jul. 2024 às 13h35min.

José da Mata, padrinho de Maria do Carmo, era funcionário público, ligado à política e vivia embriagado; a sociedade costumava não apreciar seus hábitos e comportamentos. Além disso, ele cuidava de sua afilhada confundindo a função de padrinho e enxergando-a com desejo. Já a sua esposa, Dona Terezinha, não dispunha de muita atenção sobre a menina e, ao longo da história, demonstra certo ciúme.

No contexto educacional, Maria do Carmo foi matriculada em um colégio religioso por alguns anos, e ao se tornar adolescente, passou a frequentar a Escola Normal.

Durante a adolescência, conheceu um rapaz chamado Zuza, filho do coronel da cidade, e futuro bacharel em leis. Ambos engatam em um relacionamento, mas não possuíam a aprovação de José da Mata e por consequência, sofriam constantes ataques e conflitos, o que contribuiu para o fim do relacionamento.

[...] Sim, o padrinho não gostava que se falasse no Zuza, implicava com ele, odiava-o gratuitamente, sim, gratuitamente, porque o rapaz nunca lhe fizera o menor mal, até pelo contrário uma vez emprestara-lhe cinquenta mil réis, e ela o sabia pela boca de D. Terezinha. (Caminha, 1893, p. 126)

Com o passar do tempo, aflora cada vez mais o desejo de José da Mata por Maria do Carmo, de modo que ele passa a buscar meios de seduzir a afilhada. Fissurado pela menina, em uma noite, abusa sexualmente dela, o que acarreta uma gravidez precoce e indesejável, obrigando-a a morar longe da cidade.

Desde a saída de Maria do colégio das Irmãs de Caridade tinha se operado uma mudança admirável nos hábitos de João da Mata. Ela já não era para ele como filha; estava quase moça, incomparavelmente mais bonita e fornida de carnes. Já não era, que esperança! Aquela Maria do Carmo da Imaculada Conceição, toda santidade, magrinha, com uma cor esbranquiçada e mórbida de cera velha, o olhar macilento, a falar sempre no padre Reitor e na Superiora e na Irmã Filomena e noutras pieguices. Uma tontinha a Maria naquele tempo. (Caminha, 1893, p. 14)

Para que o escândalo na vizinhança não fosse maior, a menina vai morar em um lugar isolado. No momento de dar à luz, o bebê, fruto de um estupro, não resiste e acaba falecendo.

Em poucos meses, o estado interessante de Maria do Carmo foi carecendo de cuidados mais sérios, e João da Mata assim o julgou, tratando logo de arranjar uma casa, um sítio nos subúrbios onde ela pudesse, tranquilamente e sem escândalo, alijar a carga, desembuchar a criança. (Caminha, 1893, p. 165)

Após perder seu filho, Maria do Carmo retorna ao Ceará e é redimida pela sociedade somente após seu noivado com um alferes da polícia.

“A NORMALISTA” E A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES REPUBLICANAS

O protagonismo de Maria do Carmo reflete uma série de dificuldades imputadas às mulheres, sobretudo em um contexto patriarcal. A aspiração da personagem pelos estudos, seu anseio por sua formação profissional, o desejo de tornar-se professora e ter sua independência refletem a constante luta pelas direitos das mulheres e a crítica às normas sociais e educacionais da época.

Observando os comportamentos esperados do público feminino nesse período e o percurso de Maria do Carmo, considera-se fundamental destacar o Movimento Sufragista ocorrido no Brasil no século XIX, o qual tinha como principal pauta a reivindicação pela participação ativa das mulheres na política, concedendo a elas o direito de votarem e de serem votadas.

Ao resgatar a história dessa mulher também se pode compreender alguns aspectos referentes à história dos gêneros, masculino e feminino, nos anos iniciais da República no Brasil, no sentido de que, em qualquer grupo social e período histórico, as definições do papel de cada um dos gêneros resultam de padrões e de embates culturais, e não de determinações biológicas, tal como apresentado por Joan Scott (2008). Este também é um momento oportuno para uma reflexão sobre os primórdios da luta feminista no Brasil, uma vez que, no ano de 2012, comemoramos 80 anos da conquista do voto feminino, com a peculiaridade de, neste mesmo ano, termos uma mulher ocupando o cargo mais elevado do Executivo do país. (Karawejczyk, 2014, p. 66)

Pode-se considerar que “A Normalista” e o movimento sufragista no Brasil correlacionam-se por suas abordagens críticas às desigualdades de gênero e à busca por inserção das mulheres na sociedade de maneira digna e respeitosa. Na obra, tais questões são tratadas por meio do acesso à educação e da experiência pessoal de Maria do Carmo. No entanto, o movimento sufragista amplia essa luta para o campo político e social, buscando transformar a estrutura da sociedade brasileira em favor da igualdade de direitos e, quem sabe, da proteção dos abusos praticados contra as mulheres numa sociedade patriarcal como era brasileira naquele período.

O capítulo XI do texto literário em análise nos convida a prestar atenção em como Maria do Carmo se sente ao ser compelida a se relacionar com o seu padrinho, João da Mata. O sentimento de culpa e nojo são constantes nos pensamentos da jovem. Tal passagem causa ao leitor certa angústia, uma vez que se trata de uma criança sentindo-se culpada pelo abuso sexual sofrido pelo próprio padrinho, homem ao qual seu pai lhe havia confiado os cuidados e que deveria ser responsável não apenas por sua criação e sobrevivência, como também por sua orientação moral, de acordo com os preceitos religiosos que ditam a relação entre afilhados e padrinhos no contexto da fé católica, predominante no período.

Estava doida, não havia que ver, estava doida naquele momento, não tinha um bocadinho de juízo! Devia ter visto logo que uma mulher de certa ordem não se entrega por força alguma deste mundo a outro homem que não seja o seu marido, o dono de seu coração, o legítimo esposo de seu corpo e de sua alma. Que desgraçada imprudência a sua! Que vergonha, santo Deus, que vergonha! Era para isso que se tinha coração, para se deixar cair numa armadilha daquela... Se fosse uma mulher forte e resoluta, capaz de todos os escândalos, contanto que soubesse guardar sua honra... bem, não teria sucedido nada. Mas, não: foi uma grandíssima tola, uma menina de escola, deixando-se levar pelo coração até o ponto de compadecer-se do padrinho! Que infelicidade!... [...]. Às vezes supunha estar sonhando, como que procurava iludir-se a si própria, enxugava os olhos na ponta do lençol, via-se ao espelho e experimentava um bem-estar passageiro, um conforto muito íntimo; mas punha-se logo a pensar, a fazer consigo mesma mil conjecturas, e desandava outra vez num choro silencioso, que lhe sacudia o corpo todo em estremecimentos nervosos. Não sabia bem por que chorava; uma coisa, porém, dizia-lhe que nunca mais seria feliz em sua vida, desde o momento que, por uma condescendência, entregara seu corpo àquele homem... (Caminha, 1893, p. 131-132)

Vítima de estupro e carregando consigo a consequência maior de tal ato, ou seja, o fruto gerado do abuso sofrido e o estigma social de uma gestação antes do casamento, Maria do Carmo também foi obrigada por seu padrinho a interromper seus estudos na Escola Normal para ir morar em um local afastado, com o objetivo de esconder sua gravidez e proteger não a própria honra, mas sim a reputação de seu agressor. Neste cenário, nota-se a forte presença de uma sociedade caracterizada por valores patriarcais e conservadores, segundo os quais a aparência de honra da família tinha grande importância. No caso de Maria do Carmo, a interrupção de seus estudos devido a uma gravidez indesejada e resultante de estupro reflete a realidade de muitas mulheres ainda nos dias atuais, mulheres essas que são frequentemente forçadas a abandonar seus planos pessoais e se esconder em locais afastados para evitar o estigma social, preservar a “honra” familiar e o status na sociedade. Esse cenário ilustra as profundas desigualdades e a falta de direitos para as mulheres, que só começariam a ser abordadas pelo movimento sufragista e outros esforços de emancipação feminina nas décadas seguintes.

“A NORMALISTA” E O CONTEXTO EDUCACIONAL REPUBLICANO

A protagonista do enredo, Maria do Carmo, estuda em duas instituições escolares ao longo de sua vida. Em um primeiro momento, concluiu a sua educação primária, modelo educacional que se popularizava no país.

A escola graduada de ensino primário constituía em si um modelo cultural em circulação. Implantadas no Estado de São Paulo sob o signo da modernidade e da inovação educacional, os reformadores da instrução pública – políticos republicanos, elites intelectuais e educadores – buscaram instituir uma nova realidade educacional [...] (Souza, 1998, p. 18)

Já no segundo momento, com o objetivo de aprimorar sua formação educacional, Maria do Carmo estuda no Colégio da Imaculada Conceição (Escola Normal).

O Colégio da Imaculada Conceição foi fundado em 1865. Sua primeira sede foi à Rua Formosa (hoje atual Rua Barão do Rio Branco), número 28 e 30, centro de Fortaleza. A escola tinha a dupla finalidade de abrigar e educar as meninas órfãs que deveriam receber além da educação o ensino de outras atividades úteis, como por exemplo, a de poderem trabalhar em casa de família. Após dois anos de funcionamento na casa da Rua Formosa, o espaço físico se tornou pequeno devido ao aumento do atendimento, ficando o Colégio sem condições de abrigar novas candidatas. Desse modo, a escola foi transferida, em 1867, para o prédio onde até hoje funciona, na Praça Figueira de Melo, nº 55, no centro de Fortaleza, vizinho a Igreja Pequeno Grande, em frente ao Colégio Estadual Justiniano de Serpa (que funcionou como Escola Normal do Ceará). O Colégio da Imaculada Conceição tinha duas vertentes de trabalho: primeira como uma instituição filantrópica, na qual dava assistência às mães pobres, órfãs e abandonadas pela seca; a segunda como uma instituição particular, na qual os senhores latifundiários encaminhavam as filhas para estarem em regime de internato. Quando Maria do Carmo conclui seus estudos no Colégio da Imaculada Conceição passa a ser aluna da Escola Normal (Almeida, 2017, 159).

Maria do Carmo então ingressa na Escola Normal, onde se prepara para seguir a carreira docente.

Com a promulgação do Ato Adicional em 1834, transferiu-se para as províncias a responsabilidade pela organização de seus sistemas de ensino (primário e secundário) e de formação de professores. Esse instrumento legal baseava-se no princípio da descentralização administrativa, embora mantivesse uma forte centralização do poder político (Villela, 2000, p. 101).

A obra retrata a importância da figura da normalista, papel este pouco valorizado e destinado apenas às mulheres. O fato de a Escola Normal ser voltada para o público feminino, com o objetivo de lecionar para crianças em sala de aula, permite-nos refletir e discutir a questão da desigualdade de gênero e estereotipação da profissão docente, que nesse caso passava a ser vista como extensão do papel de “cuidadora” atribuído às mulheres. Mais grave ainda era o fato de tais mulheres serem vistas como objetos de desejo, e não serem respeitadas devido a seu gênero e profissão. A canção “Normalista” de Nelson Gonçalves, reflete em estrofes a objetificação das normalistas:

Vestida de azul e branco

Trazendo um sorriso franco

No rostinho encantador

Minha linda normalista

Rapidamente conquista

Meu coração sem amor

Eu que trazia fechado

Dentro do peito guardado

Meu coração sofredor

Estou bastante inclinado
A entregá-lo ao cuidado
Daquele brotinho em flor
Mas a normalista linda
Não pode casar ainda
Só depois que se formar
Eu estou apaixonado
O pai da moça é zangado
E o remédio é esperar

(Gonçalves, 1956).

Até a década de 1920, a Escola Normal não gozava de muito prestígio no Ceará, uma vez que as jovens que ali frequentavam eram alvo de críticas e zombarias – afinal, em um período no qual o papel da mulher na sociedade estava fortemente centrado no lar, a ideia de que mulheres pudessem ter uma carreira profissional, especialmente em educação, era vista com algum ceticismo e até desdém. Além disso, o ensino oferecido pelas Escolas Normais muitas vezes era visto como inferior, quando comparado ao das escolas secundárias e universidades que formavam outros tipos de profissionais, e a profissão de professora, especialmente em um contexto em que a educação formal para mulheres não era amplamente valorizada, era muitas vezes estigmatizada.

No entanto, a importância da Escola Normal aumentou significativamente após a reforma educacional de 1922, que introduziu novos métodos de ensino e fundamentos pedagógicos inovadores. Além disso, foi estabelecida a Escola Modelo, onde as alunas normalistas podiam desenvolver e praticar a pedagogia experimental.

Este período foi fortemente influenciado pelos intelectuais da educação que promoviam o ideário da Escola Nova, um movimento educacional progressista. Durante essa época, o pedagogo Lourenço Filho (1897 – 1970) foi convidado pelo governador Justiniano de Serpa (1852 - 1923) para implementar a reforma educacional no estado do Ceará. Sua atuação foi fundamental para a modernização da educação na região, elevando o prestígio e a relevância da Escola Normal.

O primeiro objetivo de Lourenço Filho era proporcionar educação no meio rural. Para isso, foi necessário selecionar cerca de uma centena de escolas e aplicar nelas o método da escola municipal. Dessa forma, o educador brasileiro promoveu

a reforma do curso normal, comprometendo-se com a formação de professores e contribuindo, assim, com uma educação justa e igualitária para todos os brasileiros. A fim de que esse efeito fosse possível, foi necessário unificar os métodos de ensino e avaliação, aprimorando as técnicas com princípios racionais e científicos.

Na reforma cearense, o ensino primário foi alterado e aperfeiçoado sem nenhum esforço maior. O ensino primário não somente foi “alfabetizante” de dois anos, e não foi aceita a obrigatoriedade, nem a gratuidade apenas para uma modalidade de ensino de nível primário, como ocorre na Reforma Sampaio Dória, em 1920. Lourenço Filho não quis somente a “desanalfabetização”. Essa iniciativa foi o que diferenciou a reforma cearense da reforma paulista. [...] Essas novas exigências são feitas na perspectiva de melhoria teórico-pedagógica, por meio de cursos para os seus professores na tentativa de qualificá-los para a execução dos novos preceitos pedagógicos inseridos no Brasil na Primeira República. Com isso, crescem as exigências de ingresso e formação na Escola Normal, sendo destacado o fato de que a maioria das normalistas não era de classes mais simples e sim de famílias tradicionais do Estado. Quanto às condições de ensino, serão iniciados cursos complementares (1922) para pôr em prática as teorias empregadas, ampliando dessa forma os conteúdos. Na verdade, os cursos complementares vão proporcionar melhorias no nível de escolarização normal e a profissionalização do curso normal, através dos conteúdos de preparo técnico-pedagógico. Serão oferecidos planos de estudos de disciplinas, como Anatomia e Fisiologia Humanas, Pedagogia, História da Educação, Sociologia e especialmente Psicologia, pela necessidade de formação plena do educando. (Almeida, 2009, p. 56 e 57)

Em suma, a trajetória educacional de Maria do Carmo contribui para uma análise das mudanças educacionais e sociais da época. A obra revela o impacto das reformas educacionais implementadas no início do século XX e o papel vital da Escola Normal na formação de professoras normalistas.

“A NORMALISTA” E OS INDÍCIOS DE MODERNIZAÇÃO NO CONTEXTO REPUBLICANO

O período histórico em que Adolfo Caminha narra “A normalista” vai ao encontro do processo de modernização durante a Primeira República no Brasil (1889 - 1930), uma vez que compartilham um contexto temporal e social, refletindo as transformações que o país vivia na época. A Primeira República foi caracterizada por um esforço de modernização nos campos da educação, da política e da economia. Assim, pode-se dizer que este período foi marcado por uma tentativa de modernizar o país após a Proclamação da República, o que inclui reformas educacionais, políticas e sociais.

Proclamada a República, a escola foi, no Estado de São Paulo, o emblema da instauração da nova ordem, o sinal da diferença que se pretendia instituir entre um passado de trevas, obscurantismo e opressão, e um futuro luminoso em que o saber e a cidadania se entrelaçariam trazendo o Progresso como signo da instauração da nova ordem, a escola devia fazer ver. Daí a importância das cerimônias inaugurais dos edifícios escolares. O rito inaugural repunha o gesto instaurador. (Carvalho, 2003, p.23)

Na obra “A Normalista” é possível identificar desejos de modernização influenciados por padrões europeus, uma vez que se tinha a Europa como referência

de sociedade modelo. A narrativa destaca a aspiração por uma educação similar a dos colégios europeus, considerada ideal para o desenvolvimento físico e moral dos jovens brasileiros.

Queria a educação como nos colégios da Europa, segundo vira em certo pedagogista, onde as meninas se desenvolvem física e moralmente como a rapaziada de calças, com uma rapidez admirável, tornando-se por fim excelentes mães de família, perfeitas donas de casa, sem a intervenção inquisitorial da Irmã de Caridade. Não comprehendia (tacanhez de espírito embora) como pudesse instruir-se na prática indispensável da vida social uma criatura educada a toques de sineta, no silêncio e na sensaboria de uma casa conventual, entre paredes sombrias, com quadros alegóricos das almas do purgatório e da penas do inferno; com o mais lamentável desprezo de todas as prescrições higiênicas, sem ar nem luz, rezando noite e dia - *ora pro nobis, ora pro nobis...* Era da opinião do José Pereira da *Província*: Irmãs de Caridade foram feitas para hospitais. O diabo é que no Ceará não havia colégios sérios. A instrução pública estava reduzida a meia dúzia de conventinhos: uma calamidade pior que a seca. O menino ou a menina saía da escola sabendo menos que dantes e mais instruídos em hábitos vergonhosos. As melhores famílias sacudiram as filhas na Imaculada Conceição como único recurso para nãovê-las completamente ignorantes e pervertidas. Afinal, para não contrariar o Mendonça que queria a filha para santa, meteu Maria do Carmo no "convento". (Caminha, 1893, p. 14).

É importante também considerar o contexto da abolição da escravatura em 1888, durante o regime monárquico liderado por Dom Pedro II, que deixou um legado de analfabetismo entre a população anteriormente escravizada. Durante a Primeira República, o analfabetismo era visto como um obstáculo ao progresso. A narrativa de Caminha critica a deficiência do sistema educacional da época, que muitas vezes perpetuava as desigualdades sociais.

O analfabetismo passava a ser a marca da inaptidão para o Progresso. Era ele a causa da existência das populações que "mourejavam no Estado, sem ambições, indiferentes, de todo em todo, às cousas e homens do Brasil." (*ibidem*) Produz-se, assim, um deslocamento no discurso educacional: um novo personagem irrompe, um brasileiro doente e improdutivo, peso morto a frear o Progresso, substitui a figura do Cidadão abstrato, alvo das luzes escolares. O novo cidadão não é mais invocado para officiar no augusta templo da Ciência. Basta-lhe agora o manejo cívico do alfabeto. (Carvalho, 2003, p. 40)

Este período de transição, com seus esforços para modernizar o país e integrar uma população anteriormente excluída, é essencial para compreender as críticas e observações presentes na obra "A Normalista". A análise da obra no contexto da Primeira República revela as complexidades e desafios da modernização e da construção de uma nova identidade nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a obra "A Normalista", escrita por Adolfo Caminha em 1893, pode-se compreender e evidenciar possíveis conexões com o contexto republicano do Brasil, destacando-se, sobretudo, a representação de gêneros, a educação brasileira da época e o contexto da modernização, advindos de transformações sociais inspiradas muitas vezes em contextos europeus. Dessa maneira, foi possível examinar a representação

da mulher na sociedade brasileira do final do século XIX, os desafios de acesso à educação em um país marcado por desigualdades sociais e econômicas e as tentativas de modernização do país durante a Primeira República.

No panorama aqui tratado, elucida-se um Brasil repleto de transformações políticas, econômicas e sociais, representando a figura da normalista (Maria do Carmo) carregada de lutas, como a busca por sua independência, e também as limitações impostas pela sociedade patriarcal em que vivia. A educação, ao mesmo tempo em que era valorizada como uma ferramenta essencial para a modernização do país, refletia e perpetuava as desigualdades de gênero, uma vez que a profissão de docente era uma das poucas socialmente aceitáveis para as mulheres.

Dessa maneira, considera-se que “A Normalista” é uma obra de grande relevância que evidencia as complexidades e dilemas do Brasil na virada do século XIX para o XX. A análise literária e histórica proporciona uma melhor compreensão das transformações sociais e educacionais da época, ressaltando a importância da educação e da modernização no processo de construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao destacar as barreiras enfrentadas pelas mulheres em busca de conhecimento e independência, a obra também sublinha a necessidade contínua de igualdade de oportunidades no sistema educacional brasileiro.

Sem a pretensão de esgotar as discussões aqui mencionadas, ressalta-se que a obra “A Normalista” ainda carece de outras análises para aprimorar a compreensão de suas implicações. A profundidade dos temas abordados por Adolfo Caminha oferece um vasto campo para futuras pesquisas e discussões acadêmicas. Portanto, considera-se necessária a continuidade e ampliação dos estudos sobre essa publicação, de modo a revelar novas perspectivas e enriquecer ainda mais a compreensão sobre a sociedade brasileira no final do século XIX e início do século XX.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gildênia Moura de Araújo. **A história da educação brasileira em A Normalista.** In: SILVA, Fernanda Maria Diniz da; SOUSA, Alexandre Vidal de; SILVA, Fernângela Diniz da; LIMA, Francisco Wellington Rodrigues (orgs.). *Percursos da literatura no Ceará*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017. p. 153–165.

ANDRADE, F. A. de; SILVA, F. M. D. da. A obra literária como fonte na pesquisa educacional: um estudo sobre a educação brasileira na segunda metade do século XIX. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, [S. I.], v. 10, n. 8, p. 1–13, 2021.

AZEVEDO, Sânzio de. **Literatura cearense**. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1976. p. 597.

BEZERRA, Carlos Eduardo de Oliveira. **Adolfo Caminha: um polígrafo na literatura brasileira do século XIX (1885–1897)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

CAMINHA, Adolfo. **A Normalista**. 1. ed. Barueri: Lafonte, 2021.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A Escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista, SP: USF, 2003.

DEROSSI, C.; HOLLERBACH, J. D. Diálogos entre a História da Educação e Literatura: a escola normal no romance “A Normalista” de Adolfo Caminha (1893). *Escritas do Tempo*, v. 3, n. 8, p. 162–185, 27 ago. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47694/issn.2674-7758.v3.i8.2021.162185>>. Acesso em: 18 jul. 2024.

GONÇALVES, Nelson. **Normalista**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1956.

KARAWEJCZYK, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 64–84, [s.d.].

SOUZA, R. F. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo**. São Paulo: UNESP, 1998.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Soares. O mestre-escola e a professora. In: CARVALHO, Marta Maria Chagas de (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 95–134.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

AMAZON. **A Normalista – Adolfo Caminha**. Disponível em: <<https://www.amazon.com.br/Normalista-Adolfo-Caminha/dp/6558701758>>. Acesso em: 18 jul. 2024, às 13h35.

FORTALEZA NOBRE. Especial 289 anos: os homenageados nas ruas de Fortaleza. Fortaleza Nobre, 2015. Disponível em: <http://www.fortalezanobre.com.br/2015/04/especial-289-anos-os-homenageados-nas_16.html>. Acesso em: 18 jul. 2024, às 09h30.